**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA DE FAZENDA PÚBLICA
DA COMARCA DA CAPITAL**

Procedimento MPRJ nº. ICP 2018.002.38318 -
DESMEMBRAMENTO DO MPRJ 2017.00301238; Improbidade
administrativa – **ofensa aos princípios reitores da administração
pública** - regalias conferidas à ADRIANA ANCELMO - promoção das regalias
pelo ex-secretário da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) e
Diretora da Unidade Prisional Joaquim Ferreira de Souza em favor da ex-
primeira dama presa cautelarmente por crimes investigados no âmbito das
operações Lava-Jato, Calicute e seus desdobramentos – **sistema
penitenciário que não se ocupa de prover tratamento pessoal à
ex-primeira dama do Estado. Privilégios injustificáveis** – ceia de Natal
e Ano Novo fora dos padrões da SEAP – regras de tratamento exclusivas -
quadro de permissividade institucional consolidado – ação civil
pública – **pedido de tutela de urgência para afastamento cautelar da
função pública.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, por seu GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA EM
SEGURANÇA PÚBLICA – GAESP, com sede na Av. Marechal Câmara,
no. 370, 2º andar e endereço eletrônico gaesp@mprj.mp.br, inscrito no
CNPJ sob o nº 28.305.936.0001-40, vem perante V.Exa., *ex vi* do art.
129, inciso III da Constituição Federal; art. 25, IV, alíneas “a” e “b” da Lei
8.625/93; art. 1º, V, 3º, 4º e 5º da Lei nº 7.347/85; e art. 17 da Lei nº
8.429/92, ajuizar a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA em defesa da PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, com
pedido de afastamento da função pública de diretora**

em face de:

- 1- **ERIR RIBEIRO COSTA FILHO**, brasileiro, casado, policial militar
reformado, ex-secretário de Estado de Administração Penitenciária do

Estado do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade Funcional nº 31123, inscrito no CPF sob o nº 604.700.707-49, com endereço declarado na Av. Roberto Silveira, n. 256, casa 2, bairro Olinda, Nilópolis/RJ;

- 2- **RITA DE CÁSSIA ALVES ANTUNES**, brasileira, inspetora de segurança e administração penitenciária, atual diretora da Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, portadora da Carteira de Identidade nº 09.328.108-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 025.297.627-40, com domicílio legal na sede da SEAP, situada na Praça Cristiano Ottoni, s/nº, Centro, Rio de Janeiro; e
- 3- **ADRIANA DE LOURDES ANCELMO**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF sob o nº 014.910.287-93, com endereço declarado na Rua Aristides Espínola, nº 27, apartamento nº 401, Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22440-050; e/ou com domicílio profissional na Av. Rio Branco 138, 14º andar, Rio de Janeiro/RJ.

I. INTRÓITO:

Está-se diante de Inquérito Civil Público instaurado pelo Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP) em março de 2017 (fls. 02 dos autos físicos), a partir da seguinte ementa, *verbis*:

Tutela Coletiva – Sistema Prisional – Supostos privilégios e regalias conferidas a presos da Operação Lava-Jato – Calicute – Violação de princípios da impessoalidade e moralidade administrativas – articulação institucional com a Força Tarefa do MPF/RJ- Operação Lava Jato.

Apurar supostos privilégios e regalias conferidos à Adriana Ancelmo, no período em que esteve sob a custódia do sistema penitenciário fluminense (SEAP/RJ).

Trata-se de desmembramento do procedimento administrativo MPRJ n. 2017.003.01238, instaurado para apurar eventuais regalias e privilégios concedidos aos presos da Lava-Jato no Sistema Penitenciário fluminense, que resultou em ação de improbidade administrativa tombada sob o n. 0010991-03.2018.8.19.0001 perante o r. Juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública.

Nos autos daquela relação processual foi determinado o afastamento do primeiro réu do cargo de Secretário de Administração Penitenciária, por violação dos princípios reitores da administração pública para conferir tratamento privilegiado ao custodiado SÉRGIO CABRAL, então incluindo fraude para instalação de *Home Theater* na unidade em que se encontrava custodiado, autorização para acautelamento de bens e alimentos em padrão diverso daquele estabelecido para a massa carcerária e o uso indevido de mecanismos de controle e fiscalização, em especial, o sistema de monitoramento de câmeras.

Com efeito, desde o primeiro momento em que o ex-governador SÉRGIO CABRAL ingressou como preso no Sistema Penitenciário fluminense ocorreram irregularidades em um crescente, paulatinamente noticiadas ao MPRJ e à própria sociedade por diversos canais.

Ocorre que tal gama de privilégios se espraia para além do apenado SÉRGIO CABRAL, alcançando os seus caros e determinando, portanto, o desmembramento das investigações como medida e apuração pormenorizada dos fatos e dos seus agentes, aqui referindo a ex-primeira dama ADRIANA ANCELMO no período em que esteve custodiada na unidade

prisional Joaquim Ferreira de Souza, no intervalo de 06 de dezembro de 2016 a 29 de março de 2017.

II – DOS FATOS:

II.1 - A ceia de Natal:

No exercício do seu poder regulatório, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro expede atos normativos com o fito de normatizar e regulamentar o cotidiano da vida no cárcere. Em que pese não exaurir todas as hipóteses que demandariam uma normativa, pode-se dizer que há um regramento mínimo, o qual prevê procedimentos para visitação, recebimento de encomendas, entrada de alimentos e objetos, doações, entre outros.

Tais regras se dirigem, contudo, à massa carcerária. Não àqueles que a SEAP hospeda com honra e distinção.

Com efeito, em matéria da Revista “Isto é” de 31/03/2017¹, foi noticiado fato inusitado ocorrido no dia 25 de dezembro de 2016 – a entrega de uma suposta ceia de natal para a então presa e aqui RÉ ADRIANA ANCELMO, autorizada pelo então Secretário de Administração Penitenciária e aqui também RÉU ERIR RIBEIRO, com registro elaborado pelo agente penitenciária responsável pelo seu recebimento.

Apuradas as circunstâncias do evento, aí incluídas as notificações de diversos inspetores penitenciários para que prestassem depoimento, bem como solicitação de documentos, entre eles livros de ocorrência e de registros da unidade prisional Joaquim Ferreira de Souza, restou verificado

¹ Disponível em: <https://istoe.com.br/regalias-de-cabral-na-prisao/>, com acesso em 30/07/2018.

que no dia 25 de dezembro de 2016, no feriado do Natal num domingo, a unidade prisional Joaquim Ferreira de Souza encontrava-se em “regime de plantão”, com pouco efetivo. Pela experiência dos agentes penitenciários, seria um dia com pouco movimento².

Não se tratando de dia de visita, esperava-se apenas e tão-somente que aparecesse um ou outro advogado, oficiais de justiça, servidores públicos e prestadores de serviço.

Contudo, a expectativa dos inspetores revelou-se equivocada. Como veremos, o dia foi bastante agitado.

Já em horário próximo ao almoço, pessoa que se identificou como GILSON AVELINO DA SILVA, na condição de “servidor da Secretaria de Saúde cedido para a Secretaria de Segurança”, dirigiu-se à entrada principal da unidade, acautelada por agentes penitenciários da GPU (Grupamento de Portaria Unificada)³, informando ao inspetor José Ricardo GRIPE (Mat. 10718579-5), que trazia uma encomenda (ceia de natal) para ser entregue para a Dra. ADRIANA ANCELMO. De imediato, o ISAP GRIPE informou ao emissário que não seria possível a entrada desta encomenda na

² O declarante esclareceu que “dia 25 de dezembro e 1º de janeiro são datas consideradas estratégicas, em razão de se tratarem de feriados nacionais de grande relevo; que desde que entrou na SEAP sabe que essas datas são de pouca circulação, sem movimento, por questões de segurança. Logo, não era dia de visita, não era dia de custódia, e qualquer eventualidade que pudesse ocorrer fora dos padrões, deveria ser comunicada por ordem de serviço, comunicação interna ou registro por meio de livros de ocorrência, conforme normativa da SEAP – livros de ocorrência diária, que são livros oficiais” (fl. 168).

³ O Complexo de Gericinó compreende diversas unidades prisionais, dentre elas a Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza. A entrada principal é conhecida como “cancela” ou “portaria”, onde há uma portaria com agentes penitenciários do GSSE (Grupamento de Serviço de Segurança Externo). Na sequência, cada unidade ou blocos de unidade têm entradas próprias, supervisionadas por agentes penitenciários do GPU (Grupamento de Portaria Unificada), que correspondem a um grupamento autônomo, que atua em sistema de rodízio, não subordinado à Direção da Unidade. Logo, isto significa que o emissário da ceia de natal entrou pelo portão principal (portaria), seguindo rumo à unidade Joaquim Ferreira de Souza, quando se deparou com os agentes penitenciários José Ricardo Gripe e André Alves de Miranda, integrantes do GPU.

unidade. Em resposta, ouviu do sujeito que ele possuía uma autorização para entrar. Como ele não apresentou nenhum documento, o ISAP determinou ao sujeito que fosse embora (fls. 172/173).

Em pouco tempo, o cidadão retornou à portaria GPU, dirigindo-se desta vez com ao ISAP André Alves de MIRANDA. Nesta segunda ocasião, repetiu a história: informou que possuía uma cesta para ser entregue à ADRIANA ANCELMO, mediante autorização da Diretora da Unidade, e que deveria entrar em contato com a Chefe de Turma da Unidade Joaquim Ferreira de Souza, para que esta viesse receber o material. Assim, o ISAP MIRANDA procedeu de acordo com as regras da SEAP, em sintonia com seu colega de plantão, informando ao emissário sobre a impossibilidade de recebimento da encomenda (fls. 168/171).

Eis que o senhor retornou pela terceira vez, informando aos inspetores da GPU que a Diretora da Unidade teria autorizado a entrada da ceia, mediante apoio da Chefe de Turma e da Autoridade de dia, especificando os seus nomes. Os inspetores reiteraram a impossibilidade de realizarem o recebimento nesses termos, ocasião em que orientaram o emissário a procurar a Coordenação de Segurança de Gericinó, para obter a orientação pertinente à hipótese.

Este se dirigiu à Coordenação, e em contato com a ISAP CHEYENNE, apresentou-se como GILSON AVELINO DA SILVA (servidor público), momento em que afirmou que precisava de uma autorização desta servidora para entrar com a ceia de ADRIANA ANCELMO, uma vez que os ISAP's GRIPE e MIRANDA haviam barrado a sua entrada. A ISAP CHEYENNE respondeu ao mesmo que não iria autorizar o recebimento de

nenhuma cesta natalina. Após alguns minutos, CHEYENNE recebeu um telefonema do Subcoordenador TAVEIRA, ordenando que se deslocasse da Coordenação em direção à unidade para autorizar e acompanhar a entrada da ceia de natal. Neste momento, a ISAP CHEYENNE manifestou-se contrária às ordens, ante o disposto na normativa da SEAP. Não sendo dia de visita, a regra seria impedir a entrada de qualquer encomenda ou comida (fls. 109/112).

O Subcoordenador TAVEIRA respondeu que “teria que dar entrada, pois seria uma ordem do 01”. Isto é, tratava-se de ordem direta do então Secretário de Administração Penitenciária RÉU ERIR RIBEIRO DA COSTA FILHO (fls. 109/112).

Desta forma, GILSON retornou pela **quarta vez** à portaria da unidade, desta vez acompanhado pela ISAP CHEYENNE, que adentrou na unidade sozinha. Ela retornou com a Chefe de Turma e outra servidora (ISAP's BIANCA ACHUR e CÍNTIA), que realizaram a vistoria da ceia de natal, para sua entrada na unidade.

Em seu depoimento, a ISAP CÍNTIA de Souza Nascimento informou que diante do imbróglio com os inspetores da portaria, entrou em contato com a Diretora da UP Joaquim Ferreira de Souza, RITA DE CÁSSIA ALVES ANTUNES, que a informou sobre a autorização dada pelo então SECRETÁRIO ERIR RIBEIRO COSTA FILHO (fls. 178/179).

Diante das circunstâncias insólitas do episódio da ceia de natal, EM TOTAL SUBVERSÃO ÀS DETERMINAÇÕES DA SEAP, os ISAP's MIRANDA, GRIPE e CHEYENNE relataram o ocorrido nos respectivos livros de ocorrência da unidade. Em suas anotações registraram a origem da

autorização e o nome do emissário (GILSON AVELINO DA SILVA – mat.119092-8 – Secretaria de Segurança Pública).

Cuida-se, portanto, da desonra da função a partir do seu mandatário primeiro, atomizando na tropa a percepção de que a SEAP não haverá de recuperar quem quer que seja enquanto gerida por quem tenha, na personalidade e no apadrinhamento, o norte ilegal da sua atuação.

II.2 - Da simulação do emissário da Família Cabral:

Diante dos diversos depoimentos e registros de livros de ocorrência do dia 25 de dezembro de 2016, restou demonstrado que um homem dirigiu-se ao Complexo de Gericinó, passando pela portaria, em direção à Unidade Prisional Joaquim Ferreira de Souza, com o propósito específico de entregar uma ceia de natal à detenta e aqui RÉ ADRIANA ANCELMO.

Todos que participaram do episódio informaram que este senhor identificou-se como GILSON AVELINO DA SILVA. No registro de fls. 21, há informação de que seria servidor público da Secretaria de Saúde cedido à Secretaria de Segurança, com matrícula de n. 119092-8. Fato esse confirmado pelos depoimentos dos ISAP's CHEYENNE (110/112), MIRANDA e GRIPE (fls. 168/173). MIRANDA, além de anotar o nome de GILSON no livro de ocorrência, fez anotações pessoais do veículo utilizado pelo emissário: um automóvel de marca VW, modelo BORA, de cor preta, placa KWD-5804.

Contudo, ciente tanto da ilegalidade do seu atuar quanto da natureza da sua missão, trata-se de mais uma fraude.

Com efeito, em contato com a Secretaria de Estado de Segurança, o MPRJ obteve a informação de que **INEXISTE** (INEXISTIA E INEXISTE) no Estado do Rio de Janeiro qualquer servidor público com esse nome ou matrícula. Senão, vejamos ofício de 07 de maio de 2018 elaborado pelo Gabinete do Secretário de Segurança (fls. 197/199):

“Nesta data, acionado este Gabinete, via telefone, obtivemos formalmente a informação da Superintendência de Gestão de Pessoas, da Secretaria de Estado de Segurança, dando conta de que, após consulta em cadastros do Sistema de Administração de Pessoal – SAP e do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIG-RH, não foi localizado vínculo funcional relacionado ao nacional GILSON AVELINO DA SILVA”.

Após pesquisa no Portal de Segurança do Estado do Rio de Janeiro e no Sistema Infoseg/SINESP, verificou-se a existência de apenas dois cidadãos com o referido nome, residentes no Estado do Rio de Janeiro (204/213). Notificados para prestar esclarecimentos no GAESP, apenas um deles compareceu. Mostrou espanto e surpresa com as perguntas formuladas pela Promotora de Justiça integrante do GAESP, na medida em que afirmou total desconhecimento dos fatos em análise (fls. 233). O segundo cidadão identificado sequer possuía registro no DETRAN/RJ, portanto inábil para a função de motorista. Informações a seu respeito: seu endereço e uma anotação do art. 59 da Lei de Contravenções Penais (fls. 224).

Mas não é só.

O GAESP buscou informações sobre o veículo utilizado pelo emissário – um veículo de marca VW, modelo Bora, de cor preta, placa KWD-5804. Tratava-se de uma placa “fria”. De acordo com o sistema do DETRAN/RJ, a placa KWD-5804 refere-se a um veículo CHEVROLET/S10

LTZ FD, de cor preta, de propriedade de um cidadão egresso do sistema penitenciário fluminense (fls.215/217).

Diante de tais fatos, o GAESP expediu ofícios à SEAP solicitando:

(i) os arquivos de vídeos de todas as câmeras que guarnecem as Cadeias Públicas Joaquim Ferreira de Souza e Petrolino Werling de Oliveira (BANGU 8), no dia 25 de dezembro de 2016, de 11h:00 às 15h:00; e (ii) cópias dos livros de ocorrência da GPU, da supervisão de segurança e da portaria.

O Centro de Controle e Monitoramento da Corregedoria informou, contudo, que seria impossível realizar o resgate das imagens do período solicitado, ante o transcurso do lapso temporal da capacidade de armazenamento do HD presente nas mencionadas unidades prisionais. Em suma: não há mais qualquer registro de vídeo do dia 25 de dezembro de 2016 das atividades de BANGU 8, na SEAP (fls. 291).

Curiosamente, o livro de ocorrências da portaria principal, conhecida também como “cancela” **não** indica nenhum registro do veículo BORA, placa KWD-5804, **nem** de qualquer servidor com nome de GILSON AVELINO DA SILVA. Todas as anotações do dia 25 de dezembro de 2016 dizem respeito à entrada de veículos oficiais: quatro veículos da PCERJ, que ingressaram entre 12h:47min. e 14h:19min., além da entrada de 01 veículo particular de advogado, por volta de 10h:30min.

Noutros termos: pessoa estranha e não eficazmente identificada ingressou no Complexo de Gericinó, em Bangu, com um veículo de placa fria por autorização do então Secretário de Administração Penitenciária e da Diretora da Unidade Joaquim Ferreira dos Santos. Seu propósito: garantir a

ex-primeira dama presa em Bangu VIII o regalo de uma ceia especial de Natal⁴.

Os réus não só intermediaram o recebimento de material proibido, algo que por si só já atenta contra a probidade, e de todo, impensável para qualquer outro detento da SEAP, como o fizeram ao arripio de quaisquer protocolos de segurança. Tudo mediante “recurso hierárquico” ao titular da pasta.

Estamos tratando de nada mais nada menos que o maior complexo prisional do Estado do Rio de Janeiro, e a conclusão que chegamos é que os desígnios da RÉ ADRIANA DE LOURDES ANCELMO se sobrepõem ao interesse público. Como sói acontecer.

O círculo de apoio à RÉ ex-primeira dama valeu-se de todos os artifícios à sua disposição para entregar a encomenda proibida. Por meio de expediente fraudulento, enviou emissário da família com orientação evidente para prática de atos de simulação. Para executar sua missão, em detrimento do Sistema Prisional fluminense, o emissário declarou falsa identidade para inspetores penitenciários, se autointitulando servidor da Secretaria de Segurança Pública, valendo-se de veículo com placa fria e origem totalmente desconhecida.

⁴ Depoimento do ISAP ANDERSON LUIZ DE OLIVEIRA AZEVEDO (fls. 356/357): “que na época o Chefe do Grupamento (em 25 de dezembro de 2016) era Edimilson Atanásio; que o declarante ficou surpreso porque não chegou a seu conhecimento na época que era Subchefe da GSSE nenhuma informação sobre a entrada de ceia de natal; que soube agora há pouco por colegas; que desde que assumiu a Chefia do GSSE passou a cadastrar os servidores que entram no Complexo. (...) que se esse sujeito Gilson entrou pelo portão principal, houve falha na entrada da portaria central, que não registrou a entrada dele; se ele entrou e chegou na unidade houve falha na portaria; que somente poderiam ter entrado naquele dia de carro, servidores, prestadores de serviço cadastrados, advogados. Uma pessoa estranha ao sistema penitenciário não poderia ter entrado nessas condições, salvo se estivesse munida de uma autorização, seja do Superintendente de Segurança ou do próprio Secretário”.

II.3 - A ceia de Ano Novo, o tratamento diferenciado e a represália à ISAP:

Depois do imbróglio da ceia de natal, seria natural supor algum comedimento dos réus agentes públicos na promoção de regalias para a então presa ADRIANA ANCELMO. Ledo engano.

No dia 31 de dezembro de 2016, o episódio da entrega de ceia de especial para a RÉ ADRIANA ANCELMO se repetiu, só que desta vez, Chefe e Subchefe de Turma da UP Joaquim Ferreira dos Santos se recusaram a buscar a comida na entrada da unidade⁵ (v. fl. 134).

E então deu-se o pior: a RÉ RITA ANTUNES, Diretora da Unidade Prisional Joaquim Ferreira de Souza, **dirigiu-se ao Complexo de Gericinó, em Bangu, NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016, véspera de ANO NOVO, dia em que estava de folga, PARA RECEBER A CEIA DE REVÉILLON DESTINADA À 3ª RÉ, então presa, ADRIANA ANCELMO (V. livro de ocorrência da UP Joaquim Ferreira de Souza – dia 31 de dezembro de 2016 – mídia eletrônica anexa).**

A RÉ RITA ANTUNES chegou por volta da hora do almoço, esperou o motorista da família Cabral (fls. 397), entregou a cesta para Adriana Anselmo, e retornou para casa. REPISE-SE: NO

⁵ DEPOIMENTO DA ISAP AMANDA DUTRA E SILVA (fls. 361/363) “Por fim, recordou-se que esteve de plantão no dia 31 de dezembro de 2016, na condição de Subchefe de Turma; que recebeu telefonema da Diretora Rita de Cássia informando-lhe que o motorista de Adriana Anselmo iria levar alimentos para a presa; que no mesmo momento, a declarante informou à Diretora que não iria levar alimentos para a presa; que então passou o telefone para Tatiana, que estava como Chefe de Turma, já dizendo o que se tratava; que então Tatiana também se recusou a receber tais alimentos; que diante da recusa das duas Rita dirigiu-se à unidade prisional no dia 31 de dezembro de 2016, com a finalidade de pegar os objetos que seriam entregues na unidade pelo motorista de Adriana Anselmo; que a Diretora chegou por volta da hora do almoço, esperou o motorista da família Cabral e entregou a cesta para Adriano Anselmo, e retornou para casa”.

DIA 31 DE DEZEMBRO – VÉSPERA DE ANO NOVO! Como brinde, a Diretora permitiu que as presas do nível superior pudessem confraternizar o Réveillon com as celas abertas, até meia-noite. O restante do coletivo ficou trancado em suas respectivas celas desde 17 horas.

Eis o tom do tratamento dado à RÉ ADRIANA ANCELMO quando da sua hospedagem em Bangu. Especial, dispensada de se enquadrar nas normas da unidade. A primeira dama do cárcere. Instada a se levantar para o primeiro dia de “confere”, manteve-se na sua “comarca”, com as pernas cruzadas, em desrespeito à autoridade da ISAP responsável. A resposta da Diretora da Unidade, 2ª RÉ, para a chamada de ordem da ISAP, foi uma advertência. Para Adriana Ancelmo? Claro que não! Para a ISAP! Esta teve de ouvir da Diretora que o tratamento (diga-se de passagem, isonômico) dado à presa ADRIANA ANCELMO havia sido “desnecessário” (fls. 361/363).

Com a chegada da RÉ ADRIANA ANCELMO em Bangu, a Direção promoveu mudança substancial no atendimento dos pedidos de alimentos e suprimentos da cantina da unidade. Antes, todas as presas faziam uma lista com suas demandas, uma vez por dia, com entrega pela manhã, em duas etapas. Primeiro, era entregues os produtos embalados, e depois, em uma segunda leva, os alimentos quentes, para consumo imediato. Após a prisão da 3ª RÉ, as presas do nível superior passaram a ter liberdade para pedir os produtos da cantina, sem restrição de horário e/ou de demanda. Faziam listas a toda hora, de acordo com a sua conveniência, sendo atendidas prontamente. Tais mudanças foram EXCLUSIVAS para o nível superior. O

restante do coletivo manteve-se adstrito à regra da lista única, e da entrega em duas etapas.

A ISAP AMANDA DUTRA além de receber a advertência acima mencionada, acabou sofrendo represália da Diretora da Unidade, RÉ RITA ANTUNES, sendo transferida para a unidade Nelson Hungria. Isso tudo porque se recusou a aceitar tratamento diferenciado para a 3ª RÉ. Foram diversos episódios. No entanto, o que de certo causou maior incômodo para a Diretora, foi procedimento de revista corporal realizado na 3ª RÉ.

Os inspetores receberam orientação da Direção da unidade, que após a instalação de scanner corporal, não haveria mais necessidade de realização de revista corporal nas presas, salvo quando este não tivesse funcionando.

Logo, em uma determinada segunda-feira, dia de visita, a ISAP estava de plantão, tendo a informação de que o *scanner* estava quebrado. Assim, com o encerramento das visitas, a ISAP procedeu com a revista corporal das presas de nível superior, inclusive da 3ª RÉ, ADRIANA ANCELMO, como de praxe da segurança institucional.

Depois desse episódio, a Diretora da UP informou-lhe sobre a necessidade de troca de turma, o que gerou mudanças na formação das equipes e, conseqüentemente, reuniões. Em pouco tempo, suas colegas começaram a indagar-lhe sobre a revista corporal da presa ADRIANA ANCELMO, informando para a ISAP em questão, que nas outras turmas, chegou orientação expressa da Direção sobre PROIBIÇÃO DE REVISTA CORPORAL NA PRESA ADRIANA ANCELMO.

Na semana seguinte, a ISAP AMANDA DUTRA recebeu telefonema da Direção, com a informação da sua transferência para a UP Nelson Hungria. Entre os colegas, foi alvo de deboche. Todos diziam que “tinha ganhado o ofício da ADRIANA ANCELMO” (v. fls. 149, 154 e 152/159).

III – DAS RELAÇÕES NÃO REPUBLICANAS:

A ostensividade de privilégios/regalias tais se vê intimamente relacionada à aliança formada entre o 1º RÉU e o esposo de ADRIANA ANCELMO, o ex-governador SÉRGIO CABRAL. O primeiro garantiu, em atitude dolosa de evidente conivência e leniência, que o SÉRGIO CABRAL e sua esposa ADRIANA ANCELMO replicassem na unidade de custódia práticas de sua vida privada em muito distante das restrições legais próprias de um sistema carcerário, típicas de uma “hospedagem” privilegiada.

Tais fatos revelam, pois, um sistema de administração penitenciário completamente subversivo ao espírito republicano e ao regime constitucional democrático vigente.

As nuances de tamanhos privilégios se descortinam a partir da nomeação do filho do Agente Penitenciário EDMILSON GAMA ANASTÁCIO (CHEFE DO GSSE), indicado em depoimento⁶ como sendo promotor de benesses para familiares do RÉU SÉRGIO CABRAL, para ocupar cargo em comissão da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude⁷, três dias

⁶ fls. 298/302 da numeração original dos autos físicos do procedimento MP/RJ no.: 2017.00301238 - ICP no.: 04/2017.

⁷ Procedimento nº E-30/001/33/2017

depois do Secretário da Pasta deixar de ser o deputado Marco Antônio Cabral⁸.

Antes disso o ISAP Edmilson Gama Anastácio, ID 20352867, ocupou o cargo de Secretário II do Gabinete do RÉU ERIR RIBEIRO⁹, este ex Comandante da PMERJ quando governador de Estado SÉRGIO CABRAL.

Ou seja, o casal CABRAL continuou costurando alianças, mesmo na qualidade de presos na SEAP, sobretudo a partir de um sistema prisional dirigido pelo RÉU ERIR RIBEIRO, tendo este dividido material de propaganda das eleições de 2014 com Marco Antônio Cabral, doador de 98 por cento da arrecadação declarada daquele¹⁰.

Estas relações de lealdade e camaradagem, que reproduzidas em ambiente prisional, garantiram o elenco de regalias e privilégios descritos desde a ação 0010991-03.2018.8.19.0001¹¹, em benefício não só de SÉRGIO CABRAL, mas também de sua esposa ADRIANA ANCELMO, no período em que esteve sob custódia do Estado do Rio de Janeiro.

⁸ V. Extrato n. 004/G58 de 16 de janeiro de 2018 – fls. 68/75.

⁹ Procedimento nºE-21/070.082/2016

¹⁰ V. Extrato n. 004/G58 de 16 de janeiro de 2018 – fls. 06/12.

¹¹ Isso pois, como delineado pelo relatório da CSI/MPRJ, a proximidade entre os RÉUS SÉRGIO CABRAL e ERIR RIBEIRO não nasce da prisão daquele na SEAP gerida por este, *verbis*: “o atual Secretário Estadual de Administração Penitenciária, o RÉU ERIR RIBEIRO, ocupa o cargo desde 20/03/2015, foi Comandante-Geral da Polícia Militar do RJ entre setembro de 2011 e agosto de 2013, durante o Governo de SÉRGIO CABRAL (...) Nas eleições de 2014 ERIR RIBEIRO se candidatou a deputado estadual do Rio pelo PSL, tendo recebido 8749 votos, oportunidade em que não conseguiu se eleger. Segundo a prestação de contas divulgada em sites relacionados às eleições, a campanha de ERIR arrecadou apenas R\$ 7295. Entre os três doadores, um doou R\$50, outro R\$100. O terceiro foi o deputado federal e filho do interno Sérgio Cabral MARCO ANTONIO NEVES CABRAL, que doou os R\$ 7145 restantes, ou seja, quase 98 por cento de tudo que o candidato arrecadou.”

IV. POR QUE PRIVILÉGIO?

No afã de promover privilégios à RÉ ADRIANA ANCELMO, a SEAP descumpriu não apenas normas e protocolos seus, todos editados no exercício do poder de autorregulação, mas também a lei de execuções penais.

A entrega de “ceia especial” para a ré ADRIANA ANCELMO deu-se em evidente violação às regras da SEAP, tanto em relação à forma de entrega como em relação ao seu portador.

A Resolução n. 610/10 disciplina a entrada de alimentos e objetos trazidos pelos familiares e por via postal nas visitas às unidades prisionais. Os artigos 1º e 5º elencam os itens que o preso poderá receber no dia de visitação ou custódia, *verbis*:

Art. 1º - Nos dias de visitação, cada interno (a) somente poderá receber 02 (duas) bolsas de plástico ou papel, do tipo das usadas nos supermercados, contendo:

I - frutas diversas, alimentos cozidos, leite em pó acondicionado em embalagem tipo saco, biscoitos, bolos, e doces acondicionados em sacos ou vasilhames plásticos transparentes; II - cigarros; III - material de higiene pessoal (escova e pasta de dente, sabonete, papel higiênico, shampoo e absorvente higiênico); IV - lençóis e toalhas; V - calçados; e VI - peças de vestuário.

Parágrafo Único - Não será permitida, em hipótese alguma, a entrada e a comercialização de gêneros alimentícios in-natura.

Art. 5º - Além dos materiais descritos no art. 1º, fica autorizada a entrada dos seguintes aparelhos:

I - televisor do tamanho de até 14 (quatorze) polegadas; II - ventilador ou circulador de ar do tamanho de até 30 (trinta) cm; III - rádio portátil sem recurso para gravador e cd. § 1º - Nas celas coletivas, somente serão permitidos, no máximo, 02 (dois) televisores; § 2º - A entrada de aparelhos eletrodomésticos somente será permitida em horário de expediente e nos dias estabelecidos pelas direções das Unidades, desde que não coincidam com os dias de visitação.

Recentemente, por meio da Resolução 708, de 12 de abril de 2018, alguns pontos omissos foram normatizados, sendo explícito que os alimentos e objetos serão entregues através do Setor de Custódia/Seção de Guarda de Bens e Valores e que a forma de ingresso só pode ser por meio da visita ou no dia da Custódia da unidade prisional, *verbis*:

Art. 1º - Será autorizado o recebimento, pelos internos, dos alimentos e objetos permitidos, conforme relação constante nos Anexos I e II da presente, através da Custódia/Seção de Guarda de Bens e Valores. Os referidos materiais serão encaminhados às respectivas celas após os procedimentos de revista e inspeção pelos Inspectores Penitenciários.

§1º - Os materiais autorizados levados pelos visitantes para os internos deverão ser transportados em sacolas com dimensão máxima de 40cm x 53cm (tipo supermercado).

§ 2º - Não será permitido o ingresso nas celas de qualquer item importado.

§ 3º - A entrada de alimentos e produtos obedecerá às normatizações de segurança, inclusive com invólucros transparentes e demais determinações desta Secretaria.

Art. 2º - A entrada dos materiais permitidos está condicionada ao dia da Custódia da respectiva Unidade, com exceção do previsto no Parágrafo Único do artigo 3º desta.

*Art. 3º - Os alimentos levados pelos visitantes para consumo no pátio de visitas e não consumidos, serão retirados pelos mesmos após a visitação, não podendo o interno conduzir à cela qualquer alimentação por essa via. **Parágrafo Único** - Caso haja uma sacola destinada à cela do interno, no dia de visitas, esta será entregue ao preso, após a devida inspeção pelos Inspectores, desde que respeitados os itens autorizados nos Anexos I e II.*

Embora a Resolução SEAP 708/18 tenha entrado em vigor após os fatos que fundamentam essa ação, fato é que o texto apenas normatizou o que já acontecia na prática.

É consectário lógico da condição de encarcerado a proibição de recebimento de alimentos e objetos, diretamente, por meio de quem os leva,

sendo necessária prévia fiscalização por parte dos agentes de segurança lotados na unidade prisional.

Além disso, dado o elevado número de internos, restringe-se o recebimento de alimentos e objetos aos dias de visitação e àqueles destinados à “Custódia”, vale dizer, dias em que não se pode ingressar na unidade prisional para visitar, mas se permite a entrega de objetos e alimentos – que passarão pelo procedimento descrito na novel Resolução da SEAP.

Em relação aos alimentos permitidos, há necessidade de que sua entrada se dê de tal forma que permita a fiscalização sobre a regularidade do conteúdo e ausência de itens escondidos ou camuflados em seu interior. A título de exemplo, os queijos e demais frios não podem entrar na embalagem lacrada, devem estar fatiados e no interior de saco ou vasilhame plástico transparente. Uma simples embalagem de chá pode esconder drogas, chips de celular podem ser inseridos em biscoitos recheados, fatos que já ocorreram no cotidiano prisional.

A Resolução SEAP 373/2010 normatiza o recebimento de encomendas nos estabelecimentos prisionais e hospitalares da Pasta. Em suma, o apenado poderá receber, via encomenda, os itens especificados no artigo 6º da aludida Resolução, e os remetentes deverão ser previamente cadastrados, conforme artigo 2º da normativa.

O artigo 4º da Resolução SEAP 373/2010 especifica o modo pelo qual a encomenda é recebida e entregue na Unidade Prisional. A entrega da encomenda NUNCA é feita em mãos ao destinatário sem antes passar pelo controle da Custódia e/ou Direção da unidade prisional, que abre o pacote na

presença do preso e, caso a entrada do conteúdo seja permitida, lhe será entregue.

Não bastasse isso, houve violação à Resolução SEAP 584/15, que regulamenta a visitação aos presos custodiados no sistema penitenciário fluminense. Em suma, pode-se afirmar que apenas as pessoas cadastradas como VISITANTES, após terem passado pelos trâmites exigidos pela SEAP e obtido a carteira de visitação, podem ingressar no estabelecimento prisional para fins de visita – e, aí sim, com a possibilidade de levar objetos e alimentos após a observância das exigências da Resolução SEAP 610/16, vigente à época dos fatos.

No caso ora em análise, a RÉ ADRIANA ANCELMO recebeu ceias de Natal e Ano Novo cujo conteúdo não se tem conhecimento, fora dos dias permitidos e por meio de pessoa não cadastrada como visitante – portanto, impossibilitada de efetuar a entrega.

Além disso, essa regalia escancarada só foi possível com a participação efetiva dos RÉUS ERIR RIBEIRO, então Secretário Geral da SEAP, e RITA DE CÁSSIA, Diretora da Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, onde a RÉ ADRIANA ANCELMO esteve acautelada. Mesmo sabedores da proibição de tal conduta, os RÉUS ERIR RIBEIRO e RITA DE CÁSSIA, valendo-se de suas posições hierarquicamente superiores, emanaram ordem ilegal para que se permitisse a entrada das ceias de Natal e Ano Novo **para apenas uma detenta**, em cabal violação aos princípios da moralidade e igualdade.

Além da violação às Resoluções da SEAP, houve violação às regras estabelecidas pela Lei de Execuções Penais. Com relação à LEP, o

tratamento impessoal e pautado na meritocracia aferida por bom comportamento atestado em prontuário individual, é imperativo da própria finalidade da execução da pena, *v.g.*:

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 44. A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho.

Parágrafo único. Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.

Art. 55. As recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho.

Art. 56. São recompensas:

I - o elogio;

II - a concessão de regalias.

Art. 75. O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais;

II - possuir experiência administrativa na área;

III - ter idoneidade moral e reconhecida aptidão para o desempenho da função.

Parágrafo único. O diretor deverá residir no estabelecimento, ou nas proximidades, e dedicará tempo integral à sua função.

Como se vê das normas supratranscritas, para que um interno seja merecedor de uma regalia, deve ser aferido seu comportamento carcerário ao longo da execução da pena. **Entretanto, regalia, na acepção da LEP, não significa violação ao regramento estabelecido pela Constituição Federal ou pelas leis e resoluções que disciplinam o cotidiano prisional, sendo necessária prévia normatização local sobre a natureza e a forma de concessão de regalias.** No sistema penitenciário fluminense, não há tal regramento.

Além disso, nunca é demais lembrar que a concessão de uma regalia, caso houvesse normatização pela SEAP, deveria ser anotada na Transcrição da Ficha Disciplinar (TFD) do preso beneficiado – o que, no caso ora em análise, não ocorreu.

V – DO DIREITO (violações às normas constitucionais e o postulado ético-republicano):

A Lei de Improbidade Administrativa é clara ao estabelecer no art. 11 a prática do ato de improbidade nos casos de violação a princípios da Administração Pública, destacando em especial a subversão aos deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Com efeito, a Lei 8.429/92 é uma estrutura normativa de elevada densidade ética, verdadeira projeção dos fundamentos axiológicos da Constituição Federal de 1988 no sistema jurídico brasileiro. Nessa esteira, a lei tem o papel de concretizar os princípios constitucionais inscritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988.

No curso da presente investigação foram elencadas condutas que evidenciam ilícitos praticados pelos réus e alcançados pela previsão legal

sobredita, destacando o descumprimento de inúmeras leis e atos normativos para assegurar a consecução dos privilégios reinantes.

Tal quadro, por si já é suficiente para demonstrar, em termos de subsunção normativa, a prática de atos de improbidade administrativa pela violação ao princípio da legalidade, da impessoalidade e da moralidade.

E isso na verdade não é pouco, na medida em que a principal característica diferenciadora dos regimes absolutistas e totalitários, em relação às democracias constitucionais é justamente a obrigatória subserviência dos agentes públicos ao sistema normativo vigente. Se nos regimes absolutistas, cabia ao rei e seus agentes executivos imporem ordens à população, nos Estados democráticos de Direito, os agentes públicos estão vinculados ao princípio da legalidade em seu sentido estrito, devendo agir não somente em conformidade com a lei, mas essencialmente, pautados por ela.

Com efeito, estatuiu-se um bloco de realidade que insiste em viver por regras próprias autoritárias, ao total arrepio do sistema normativo vigente. São ordens verbais, escolhas direcionadas ao favorecimento pessoal, mudanças nas estruturas prisionais que refletem privilégios proporcionados por comprometimento das autoridades prisionais.

Não existe caminho a ser seguido fora da Constituição.

A violação ao princípio da impessoalidade é evidente por uma série de fatores. As relações subjetivas (pré) estabelecidas entre o ex-secretário de Administração Penitenciária ERIR DA COSTA RIBEIRO e o apenado SÉRGIO CABRAL, esposo da 3ª RÉ, ADRIANA ANCELMO, por

exemplo, tal qual indicadas linhas acima, geram claro impedimento moral e, na hipótese concreta, conduziu a um ambiente de parcialidade/parceria e um comportamento permissivo incompatíveis o controle interno do sistema prisional.

Se por um lado, os institutos do impedimento e suspeição indicam em tese a existência de laços subjetivos maculadores do pensamento racional e impessoal, por outro, as ações do Secretário e das demais autoridades, nesse período de aproximadamente um ano, revelam-se verdadeiro estudo de caso sobre o tema. Afinal depois que os apenados SERGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO foram presos, diversas mudanças foram feitas no sistema prisional, que não por coincidência, tiveram impacto direto na vida destes sujeitos.

E o mais absurdo, está no fato de que mesmo diante de tantas irregularidades e evidências cotidianas, a cúpula da SEAP mantinha-se em peculiar estado de normalidade. Todos os atos ilícitos eram prontamente acompanhados de justificativas, algumas pueris, outras mais bem alinhavadas, todas no limite do inaceitável.

A escolha por um sistema de controle frágil, pela fiscalização leniente, **o constante direcionamento do sistema por ordens verbais**, em uma estrutura burocrática frouxa, faz parte de um modelo doloso de (des)organização administrativa voltado para a irresponsabilidade pessoal e administrativa dos sujeitos nele envolvidos, em afronta direta à moralidade administrativa, à eficiência e à honestidade.

Resultado esperado: um sistema prisional imune às normas constitucionais. À margem do arcabouço normativo próprio de uma

democracia constitucional, os agentes públicos tomam decisões sem qualquer controle, chefiando o sistema penitenciário nos seus próprios termos. A “naturalização” da estrutura desviante da SEAP é mais do que uma violação aos princípios constitucionais, ela é um elemento decisivo para o paulatino desmoronamento do Estado democrático de Direito.

VI – DOLO E INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS:

Os fatos narrados na presente revelam o sistema deliberadamente montado e mantido pelos réus servidores públicos para garantir à RÉ ADRIANA ANCELMO, esposa do ex-governador SÉRGIO CABRAL, privilégios e regalias, conquanto custodiada e pretensamente sujeita ao sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

O ex-secretário, responsável pela organização e segurança do sistema penitenciário como um todo, e a Diretora, responsável pela organização e segurança da respectiva unidade prisional, cientes dos anseios do apenado SERGIO CABRAL e de sua esposa ADRIANA ANCELMO, AGIRAM DOLOSAMENTE de modo a atendê-los.

De início, deve-se registrar que o ex-secretário tratou **direta ou indiretamente** com familiares, amigos ou funcionários da 3ª RÉ, algo completamente atípico, em termos de Sistema Prisional. Não cremos que nenhuma outra família de presos no Estado do Rio de Janeiro tivesse acesso ao ex-secretário, tal como tinha a Família Cabral. Essa relação de proximidade fica evidente. As ceias especiais foram entregues no Complexo

de Gericinó, ante movimentação da rede de comunicação previamente estabelecida entre esses sujeitos e o ex-secretário.

Além disso, o ex-secretário autorizou a entrada de pessoas estranhas e veículos sem a devida identificação, no Complexo de Gericinó, subvertendo a um só tempo a legislação aplicável e os protocolos mínimos de segurança exigidos em uma estrutura prisional. Com efeito, um sujeito que se identificou falsamente circulou pelo complexo tranquilamente com a autorização de ninguém menos que o então secretário de administração penitenciário.

Por fim, o ex-secretário determinou à DIRETORA DA UNIDADE que recebesse encomendas especiais (ceias de Natal e de Ano Novo) em dias de feriado, Natal e Ano Novo, em transgressão às normas da SEAP. Tudo sempre em benefício da **RÉ ADRIANA ANCELMO**. Ao limite do absurdo, em contraste ao tratamento dispensado aos demais internos das mesmas unidades.

Ante o exposto, resta evidente que o mencionado réu tinha dever objetivo, positivo, de agir para enfrentar fatos como os ora narrados. Afinal, na condição de servidor público e mandatário primeiro da SEAP, não pode escolher, ao talante de preferência pessoal, quando ou não cumprir os regulamentos internos da própria SEAP, a LEP e os deveres inerentes aos seus cargos, em afronta direta aos princípios que norteiam a Administração Pública.

Mas não é só. Quanto ao **RÉU ERIR RIBEIRO**, suas ligações pessoais, institucionais e políticas com o **CLÃ DE SÉRGIO CABRAL** são

fatos notórios¹². Ao ponto de ter admitido bloquear fotografias do prontuário de diversos réus da Operação Lava-Jato, Calicute e outras conexas, como forma de lhes preservar a imagem.

Este laconicamente declinou desconhecer o ambiente de regalias institucionalizado, diverso do padrão estabelecido pela SEAP. A improbidade, em modalidade dolosa, salta aos olhos.

Já a **RÉ RITA ANTUNES**, Diretora da Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza, permitiu dolosamente tratamento desigual à interna na unidade que comanda, sobretudo, a entrada seletiva de alimentos, em contrariedade às normas da SEAP; o afrouxamento das regras de convivência e de respeito aos inspetores penitenciários; a adaptação das regras de pedido e entrega dos alimentos e mantimentos da cantina da unidade aos interesses da **RÉ ADRIANA ANCELMO**; permissão **EXCLUSIVA** às presas de nível superior para confraternização de Ano Novo com o fim exclusivo de servir à ex-primeira dama; e por fim, a transferência de inspetora penitenciária da unidade, em represália a atendimento isonômico conferido pela servidora pública à presa **ADRIANA ANCELMO**.

Vemos, pois, que a **DIREÇÃO** das unidades prisionais que hospedaram tais internos também é diretamente autora da *cadeia* de privilégios aos presos das Operações Lava-Jato, Calicute, Cadeia Velha, entre outras, e com papel fundamental na concretização das improbidades dolosas, razão pela qual aqui também figura como **RÉ RITA DE CÁSSIA ALVES ANTUNES**, Diretora da Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza.

¹² V. Extrato n. 004/G58 de 16 de janeiro de 2018 – fls. 06/12.

Enfim, o que nota ao término das investigações é a total subserviência da DIRETORA, RÉ RITA ANTUNES, aos desígnios da RÉ ADRIANA ANCELMO. O ápice deste absurdo materializou-se com a ida desta à UP Joaquim Ferreira de Souza, no dia 31 de dezembro de 2016, dia de folga, VÉSPERA DE ANO NOVO, com o objetivo de receber a ceia de natal da ex-primeira dama presa cautelarmente. Agiu como secretária da detenta, e não como Diretora de unidade prisional do Estado do Rio de Janeiro. Uma desonra para todo e qualquer servidor público que se pautar pela ética e pela moralidade administrativa.

Por fim, quanto à RÉ ADRIANA ANCELMO, pode-se verificar uma extensa lista de regalias das quais foi beneficiada em consequência dos atos de improbidade administrativa perpetrados pelos demais réus, estruturada por si própria e pessoas de sua confiança, nos precisos termos do art. 3º da Lei nº 8.429/92, que dispõe:

Art. 3º - As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Desde a CRFB/88, com o norte valorativo e a carga normativa que suas opções determinam, o art. 37, § 4º estatui que “*os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível*”.

A diretriz se espraia por todo o direito pátrio, tendo encontrado concreção na Lei n.º 8.429/92, que tipificou os atos de improbidade administrativa em três ordens sabidas:

- (i) Os que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º);
- (ii) Os que causam prejuízo ao Erário (art. 10); e
- (iii) **Os que atentam contra os princípios da Administração Pública** (art. 11).

As sanções daí decorrentes são previstas nos incisos do art. 12 da referida lei, sendo o que se apresenta na hipótese sob exame diante da ofensa deliberada e direta aos princípios reitores da Administração Pública, notadamente a legalidade, a moralidade e a impessoalidade, para tudo concorrendo com consciência e voluntariedade os RÉUS servidores públicos, e favor e com a colaboração direta da RÉ ex-primeira dama do Estado do Rio de Janeiro.

Eis o teor da lei nº 8.429/92 no que aqui é pertinente, *verbis*:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os **deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições**, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

(...)

IV - negar publicidade aos atos oficiais;

(...)

Diante de todo o exposto, constatada está a **atuação dolosa dos réus, que agiram com vontade e consciência**, no que tange ao

estabelecimento de privilégios à apenas ADRIANA DE LOURDES ANCELMO.

VII – DO DANO MORAL COLETIVO:

A Secretaria de Administração Penitenciária necessita resgatar a missão legalmente confiada. Trata-se de soerguer o sistema prisional de suas ruínas, com a construção de um modelo de gestão que priorize as condutas impessoais, éticas e probas.

No caso em tela, para além de danos patrimoniais, há que se falar também no ressarcimento de danos morais. Afinal, a prática reiterada de condutas ímprobas atinge invariavelmente A MORAL de toda a sociedade fluminense. Os privilégios concedidos à ex-primeira dama por si só são odiosos. Quando comparados com o cenário real da massa carcerária eles se revelam vexatórios. Os cidadãos fluminenses esperavam uma postura condigna de seus agentes públicos.

Os agentes públicos e a terceira beneficiada, ora réus, valendo-se de seus cargos e de suas prerrogativas, imputaram ao sistema prisional uma subversão das suas prioridades e de suas normas. Diante disso, pertinente e esperado o ressarcimento pelo dano moral coletivo.

Sobre o tema, convém trazer à baila os seguintes julgados, no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

- 1) *ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 17, §§ 8º E 9º. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO VESTIBULAR PARA PROCESSAMENTO DA DEMANDA. COGNICÃO SUMÁRIA. BROCARDO IN DUBIO PRO SOCIETATE. AUSENTEA OFENSA AO ART. 535 DO CPC.*

CABIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. ELEMENTO SUBJETIVO E NEXO DE CAUSALIDADE SUFICIENTEMENTE BEM NARRADOS. AUSÊNCIA DE INÉPCIA. JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. DECISÕES DA SEGUNDA TURMA EM CASOS IDÊNTICOS.

(...)

Mais adiante continua: "a ratio legis engloba o dano moral coletivo, sendo inegável a possibilidade de o Ministério Público persegui-lo em sede de ação civil pública referente a prática de ato de improbidade administrativa pelas partes envolvidas no processo" (fl. 2288/STJ); "não há que se falar em impossibilidade de pleitear o dano moral coletivo em sede de ação civil pública por ato ímprobo. Pelo contrário, a via eleita foi acertadamente escolhida pelo Parquet que irá buscar todos os fins que a lei lhe permite para ressarcir o erário, até porque a ação coletiva busca a reparação integral do dano, inclusive o moral" (fl. 2317, e-STJ). 7. Sobre o elemento subjetivo/legitimidade e o nexo de causalidade, por sua vez, o aresto aduz: "conforme destacado no parecer da Procuradoria de Justiça, fazendo referência ao voto do conselheiro do Tribunal de Contas do Município, 'diversas foram as prorrogações, sempre beneficiando as construtoras com mais prazo e mais dinheiro'" (fl. 2294, e-STJ); "no tocante à ilegitimidade passiva dos agravantes em razão da ausência de apontamentos sobre os benefícios obtidos pelos recorrentes, entendo que foi correta a rejeição da preliminar pelo juízo a quo, já que o que pretende o Ministério Público é demonstrar que os agravantes obtiveram benefício com os atos praticados pelos demais réus" (fl. 2317, e-STJ).

(...)

12. A questão suscitada guarda relação com a alegação de error in iudicando, em contrariedade a precedentes do STJ no sentido de que há interesse de agir (adequação) no ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Parquet para a obtenção de indenização por danos morais coletivos, sem mais divagações sobre o destinatário da reparação (AgRg no REsp 1003126/PB, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 10/5/2011). Cito acórdão relatado pelo eminente Ministro Castro Meira, no qual se afirma que "não há vedação legal ao entendimento de que cabem danos morais em ações que discutam improbidade administrativa seja pela frustração trazida pelo ato ímprobo na comunidade, seja pelo desprestígio efetivo causado à entidade pública que dificulte a ação estatal" (REsp 960.926/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 1/4/2008). (STJ – RESP 1666454 / RJ, Min. Rel. Herman Benjamin, Segunda Turma, com julgamento em 27/06/2017).

- 2) "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL OBJETIVANDO INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS EM DECORRÊNCIA DE FRAUDES EM LICITAÇÕES PARA A**

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS. EMISSÃO DE DECLARAÇÕES FALSAS DE EXCLUSIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS. ART. 535 DO CPC NÃO VIOLADO. UNIÃO FEDERAL ADMITIDA COMO ASSISTENTE. SÚMULA 150 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO RECHAÇADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. Constatado que a Corte regional empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando, portanto, qualquer integração à compreensão do que fora por ela decidido, é dese afastar a alegada violação do art. 535 do CPC. 2. **À luz dos artigos 127 e 129, III, da CF/88, o Ministério Público Federal tem legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública objetivando indenização por danos morais coletivos em decorrência de emissões de declarações falsas de exclusividade de distribuição de medicamentos usadas para burlar procedimentos licitatórios de compra de medicamentos pelo Estado da Paraíba mediante a utilização de recursos federais.**(...) Incidência da Sumula 7 do STJ.6. Agravo regimental não provido”. (grifou-se). (AgRg no REsp 1003126 / PB, Min. Rel. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, com julgamento em 01/03/2011).

Também, nessa esteira, relevantíssimo destacar a decisão da ilustre Ministra Eliana Calmon, da 2ª Turma do Egrégio STJ, a qual conferiu luz à novel disciplina do dano moral coletivo. Destaquem-se os seguintes trechos do acórdão prolatado no bojo do REsp 1.057.274/RS, julgado em 01/12/2009:

“ADMINISTRATIVO - TRANSPORTE - PASSE LIVRE - IDOSOS – DANO MORAL COLETIVO - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA DOR E DE SOFRIMENTO - APLICAÇÃO EXCLUSIVA AO DANO MORAL INDIVIDUAL - CADASTRAMENTO DE IDOSOS PARA USUFRUTO DE DIREITO – ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA PELA EMPRESA DE TRANSPORTE - ART. 39, § 1º DO ESTATUTO DO IDOSO - LEI 10741/2003 VIAÇÃO NÃO PREQUESTIONADO. 1. O dano moral coletivo, assim entendido o que é transindividual e atinge uma classe específica ou não de pessoas, é passível de comprovação pela presença de prejuízo à imagem e à moral coletiva dos indivíduos enquanto síntese das individualidades percebidas como segmento, derivado de uma mesma relação jurídica-base. 2. O dano extrapatrimonial coletivo prescinde da comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico, suscetíveis de apreciação na esfera do

indivíduo, mas inaplicável aos interesses difusos e coletivos. 3. (...) 5.
Recurso especial parcialmente provido.

(...)

Este processo tem na origem ação civil pública proposta pelo Ministério Público, versando sobre tema bastante novo: reparação de dano moral coletivo, assim entendido aquele que viola um interesse coletivo ou difuso. Consultando a jurisprudência da Casa, encontrei dois precedentes da 1ª Turma sobre o tema, rechaçando ambos a possibilidade de ocorrência do dano moral coletivo. São os REsp 598.281/MG e do REsp 821.891/RS (...). A 1ª Turma rechaçou a possibilidade de configuração de dano extrapatrimonial à coletividade, restringindo-o às pessoas físicas individualmente consideradas, únicas suscetíveis de sofrer dor, abalo moral, etc..

(...)

Não aceito a conclusão da 1ª Turma, por entender não ser essencial à caracterização do dano extrapatrimonial coletivo prova de que houve dor, sentimento, lesão psíquica, afetando "a parte sensitiva do ser humano, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas" (Clayton Reis, Os Novos Rumos da Indenização do Dano Moral, Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 236), "tudo aquilo que molesta a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado" (Yussef Said Cahali, Dano Moral, 2ª ed., São Paulo: RT, 1998, p. 20, apud Clayton Reis, op. cit., p. 237)

(...)

Na doutrina, já há vários pronunciamentos pela pertinência e necessidade de reparação do dano moral coletivo. José Antônio Remédio, José Fernando Seifarth e José Júlio Lozano Júnior informam a evolução doutrinária: Diversos são os doutrinadores que sufragam a essência da existência e reparabilidade do dano moral coletivo: Limongi França sustenta que é possível afirmar a existência de dano moral "à coletividade, como sucederia na hipótese de se destruir algum elemento do seu patrimônio histórico ou cultural, sem que se deva excluir, de outra parte, o referente ao seu patrimônio ecológico".

(...)

Carlos Alerto Bittar Filho leciona: "quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico". Assim, tanto o dano moral coletivo indivisível (gerado por ofensa aos interesses difusos e coletivos de uma comunidade) como o divisível (gerado por ofensa aos interesses individuais homogêneos) ensejam reparação.

(...)

Com efeito, os direitos de personalidade manifestam-se como uma categoria histórica, por serem mutáveis no tempo e no espaço. O direito de personalidade é uma categoria que foi idealizada para satisfazer exigências da tutela da pessoa, que são determinadas pelas contínuas mutações das relações sociais, o que implica a sua conceituação como

*categoria apta a receber novas instâncias sociais. (cf. LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental. do individual ao coletivo extrapatrimonial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 287). Como constata Xisto Tiago de Medeiros Neto: **Dessa maneira, o alargamento da proteção jurídica à esfera moral ou extrapatrimonial dos indivíduos e também aos interesses de dimensão coletiva veio a significar destacado e necessário passo no processo de valorização e tutela dos direitos fundamentais. Tal evolução, sem dúvida, apresentou-se como resposta às modernas e imperativas demandas da cidadania. Ora, desde o último século que a compreensão da dignidade humana tem sido referida a novas e relevantíssimas projeções, concebendo-se o indivíduo em sua integralidade e plenitude, de modo a ensejar um sensível incremento no que tange às perspectivas de sua proteção jurídica no plano individual, e, também, na órbita coletiva. É inegável, pois, o reconhecimento e a expansão de novas esferas de proteção à pessoa humana, diante das realidades e interesses emergentes na sociedade, que são acompanhadas de novas violações de direitos. (Dano moral coletivo. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 121).***

O mesmo autor sintetiza os requisitos para configuração do dano moral coletivo: Em suma, pode-se elencar como pressupostos necessários à configuração do dano moral coletivo, de maneira a ensejar a sua respectiva reparação, (1) a conduta antijurídica (ação ou omissão) do agente, pessoa física ou jurídica; (2) a ofensa a interesses jurídicos fundamentais, de natureza extrapatrimonial, titularizados por uma determinada coletividade (comunidade, grupo, categoria ou classe de pessoas); (3) a intolerabilidade da ilicitude, diante da realidade apreendida e da sua repercussão social; (4) o nexo causal observado entre a conduta e o dano correspondente à violação do interesse coletivo (*lato sensu*). (*idem*, p. 136) **O dano moral extrapatrimonial deve ser averiguado de acordo com as características próprias aos interesses difusos e coletivos, distanciando-se quanto aos caracteres próprios das pessoas físicas que compõem determinada coletividade ou grupo determinado ou indeterminado de pessoas, sem olvidar que é a confluência dos valores individuais que dão singularidade ao valor coletivo. (grifou-se).**

Veja-se que mesmo em sede de dano moral individual, há muito se rechaça a necessária violação à honra subjetiva, evidenciando-se ao revés, o caráter punitivo e demagógico da responsabilização extrapatrimonial, bem como a compensação à vítima pelo dano suportado. Não é outro o ensinamento na obra do eterno jurista e corifeu Caio Mário da Silva Pereira:

“Apagando do ressarcimento do dano moral a influência da indenização, na acepção tradicional, como técnica de afastar ou coibir o prejuízo, o que há de preponderar é um jogo

*duplo de noções: a) **De um lado, a idéia de punição ao infrator, que não poder ofender em vão a esfera jurídica alheia;** (...) a punição do ofensor envolve uma sanção de natureza econômica, em benefício da vítima, à qual se sujeita o que causou dano moral a outrem por erro de conduta. b) De outro lado proporcionar à vítima uma **compensação pelo dano suportado**, pondo-lhe o ofensor nas mãos uma soma que não é o pretium doloris, porém uma ensacha de reparação da afronta (...). c) A essas motivações acrescenta-se o gesto de solidariedade à vítima, que a sociedade lhe deve (...)*¹³

Evidente que a conduta dos réus agentes públicos, com funções de alta relevância na Administração, e da ré ADRIANA ANCELMO, justificam o ressarcimento do dano moral coletivo à população fluminense, que se encontra à mercê de um sistema prisional ineficiente e improbo.

VIII – PEDIDO DE AFASTAMENTO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE DIRETORA:

Delineados os capítulos anteriores, e lastreado no farto acervo documental que acompanha a presente, se constata que as alianças do casal **CABRAL permitiram** execução de **intensa e plenamente atuante cadeia** de regalias em torno de si próprios, constituindo prova inequívoca da verossimilhança de tudo que aqui se alegou.

A reprovabilidade da conduta, por sua vez, advém da natureza do cargo - de DIREÇÃO - ocupado pela RÉ RITA ANTUNES. Os atos de improbidade descritos são de extrema gravidade e, portanto, incompatíveis com a atividade de **comando de unidade prisional**. Ademais, o cargo sustenta-se na confiança depositada pelo gestor da pasta no servidor nomeado para o cargo. Tais fatos abalam a credibilidade não só da RÉ RITA ANTUNES, mas também da própria Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

¹³ SILVA PEREIRA, Caio Mário da. *Op. Cit.* pp. 327/328.

Com efeito, à **calamidade financeira** do Estado do Rio de Janeiro, sobreleva a **calamidade moral** promovida pela RÉ RITA ANTUNES, ainda investida em função pública para a qual não demonstra o mínimo aparato ético.

Assim a tutela jurisdicional de urgência se impõe.

O art. 20 da Lei nº 8.429/92, em seu parágrafo único, dispõe que *“a autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual”*.

Eis a precisa hipótese dos autos na medida em que, se seguindo no exercício da função, a RÉ servidora pública não apenas dará sequência ao quadro que criou, mas, pela ascendência que possui, poderá determinar a destruição ou a ocultação de provas.

Com isso não se deslembra que a medida de afastamento cautelar do agente público deva se dar de forma excepcional e em preservação da dignidade da Jurisdição, bem sintetizada no magistério do Professor Wallace Paiva Martins Júnior (*in* Probidade Administrativa; Ed. Saraiva, 1ª edição, p. 324), *“para a captação dos elementos probatórios, é da conveniência da instrução afastar-se o servidor de suas funções para evitar perecimento de prova, influência sobre testemunhas, notadamente se ele é dotado de poder de mando (...)”*.

Tratando do afastamento cautelar do agente público, o Prof. Francisco Otávio de Almeida Prado nos informa que se trata de

“(…) providência excepcional, de cunho cautelar, destinada a impedir que a permanência do agente no exercício de suas atribuições possa causar embaraços ou interferir com a normalidade da instrução processual. Essa interferência pode dar-se, por exemplo, pela pressão exercida sobre testemunhas que guardem alguma relação de dependência ou subordinação com o agente suspeito de improbidade... Pode dar-se, ainda – sempre exemplificando – pela possibilidade de alterar registros, documentos ou dados a que o agente tenha acesso (...)” (in, *Improbidade Administrativa*, ed. Malheiros, 1ª edição, 2001, p. 159-160).

Noutro giro, contribuindo para a exata compreensão das hipóteses de afastamento cautelar, o Prof. Fábio Medida Osório, explicita que “(…) em primeiro lugar, se existem indícios de que o Administrador Público, ficando em seu cargo, poderá perturbar, de algum modo, a coleta de provas do processo, o afastamento liminar se impõe imediatamente, inexistindo poder discricionário da autoridade judiciária. Não se mostra imprescindível que o agente público tenha, concretamente, ameaçado testemunhas ou alterado documentos, mas basta que, pela quantidade de fatos, pela complexidade da demanda, pela notória necessidade de dilação probante, se faça necessário, em tese, o afastamento compulsório e liminar do agente público do exercício de seu cargo, sem prejuízo de seus vencimentos, enquanto persistir a importância da coleta de elementos informativos ao processo”.

Tout court.

Pelo exposto, o Ministério Público oficia pela decretação do afastamento cautelar da função pública de diretora da RÉ **RITA DE CÁSSIA ALVES ANTUNES**.

IX – DO PREQUESTIONAMENTO:

Requer o *Parquet* que os ilustres julgadores perpassem a sua análise pelos seguintes dispositivos: art. 3º, inciso I; art. 5º, *caput*; e art. 37, *caput*, todos da CRFB/88; art. 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); art. 3º, parágrafo único; art. 44, *caput* e parágrafo único; art. 55; art. 56 e art. 75, inciso III; todos da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

X – REQUERIMENTOS E PEDIDOS:

Requer, outrossim:

- a) A notificação dos **RÉUS** para oferecimento de defesa prévia, na forma do art. 17, §7º da Lei nº 8.429/92, com a redação da Medida Provisória nº 2225-45;
- b) O recebimento e autuação da presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa;
- c) A citação dos **RÉUS** para responderem aos termos desta demanda, sob pena de revelia;
- d) a citação do **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, para responder ou aderir à presente demanda, nos termos do artigo 17, §3º da Lei 8.429/92 c/c art. 6º, §3º da Lei nº 4.717/65;

- e) a condenação dos **RÉUS** às sanções do art. 12, III da Lei 8.429/92, a saber:
- e.1) perda da função pública;
 - e.2) suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos;
 - e.3) pagamento de multa civil no seu patamar máximo;
- f) A condenação dos **RÉUS** a ressarcir os danos morais difusamente suportados pela coletividade, cujo valor deverá ser prudentemente arbitrado por esse r. Juízo, em patamar não inferior a 100 salários mínimos;
- g) A condenação dos Réus nos ônus da sucumbência, os quais deverão ser revertidos ao Fundo Especial do Ministério Público do Rio de Janeiro, criado pela Lei Estadual 2.819, de 07/11/97, regulamentado pela Resolução CPGJ nº 801, de 19/03/98;
- h) A dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos, desde logo, à vista do disposto nos artigo 18 da lei 7.347/1985 e do artigo 87 da lei 8.078/90;
- i) Seja procedida a anotação de que o órgão do Ministério Público com atribuição para seguir atuando

no feito é a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema Prisional e Direitos Humanos, que para tanto deverá ser pessoalmente intimada dos atos processuais, nos termos do art. 41, inc. IV, da Lei n.º 8.625/93 e do art. 82, inc. III, da Lei Complementar n.º 106/03 do Estado do Rio de Janeiro;

j) Requer o *Parquet* que os ilustres julgadores perpassem a sua análise pelos seguintes dispositivos: art. 3º, *caput*, inciso I; art. 5º, *caput*; e art. 37, *caput* da CR/88; art. 11 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); art. 3º, parágrafo único; art. 44, parágrafo único; e art. 75, inciso III, Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), tendo assim a matéria por prequestionada.

Diante dos mandamentos estabelecidos pela legislação processual, dá-se à causa o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para fins de alçada, e fica consignada a ausência de interesse na realização de audiência prévia de conciliação, em razão da expressa vedação legal contida no art. 17, §1º da Lei Federal n.º 8.429/92.

Para comprovação do alegado, protesta o Ministério Público pela produção de todos os meios de prova admitidos, em especial a documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal dos RÉUS, sob pena de confesso.

Desde logo apresenta o seguinte rol de testemunhas, sendo a numeração das páginas referentes às respectivas qualificações aquela ostentada nos autos físicos do procedimento que instrui a presente:

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2018.

ANDRÉA RODRIGUES AMIN
Promotora de Justiça
Coordenadora do GAESP

CLÁUDIA TURNER P. DUARTE
Promotora de Justiça
Assistente do GAESP

GABRIELA DE AGUILLAR LIMA
Promotora de Justiça
Assistente do GAESP

MATEUS PICANÇO DE L. PINAUD
Promotor de Justiça
Membro do GAESP

LISTA DE DOCUMENTOS – CONSULTA RÁPIDA:

- 01) Extrato n. 004/G58 de 16 de janeiro de 2018 – fls. 06/79;
- 02) Termo de declarações – ISAP CHEYENNE Matos Amorim – fls; 109/112;
- 03) Escala de servidores e plantão – novembro de 2016 – fls. 128/131;
- 04) Escala de servidores e plantão – dezembro de 2016 – fls. 132/139;
- 05) Escala de servidores e plantão – janeiro de 2017 – fls. 140/147;
- 06) Escala de servidores e plantão – fevereiro de 2017 – fls. 148/151;
- 07) Escala de servidores e plantão – março de 2017 – fls. 152/159;
- 08) Livros de ocorrência, livros de portaria e livros de visita Unidade Prisional Joaquim Ferreira de Souza – Novembro de 2016 a março de 2017 – fls. 162 (mídia eletrônica);
- 09) Termo de declarações – ISAP André Alves de MIRANDA – fls. 168/170;
- 10) Termo de declarações – ISAP André Alves de MIRANDA – fls. 172/173;
- 11) Termo de declarações – ISAP Bianca de Oliveira ACHUR – fls. 175/176;
- 12) Termo de declarações – ISAP Cíntia de Souza NASCIMENTO – fls. 178/179;
- 13) Termo de declarações – ISAP Cíntia de Souza NASCIMENTO – fls. 178/179;
- 14) Termo de declarações – ISAP Roberto da Paixão TAVEIRA Martins – fls. 181/182;
- 15) Ofício da Secretaria de Estado de Segurança com informações sobre o SAP e o SIG-RH – ausência de vínculo de GILSON AVELINO DA SILVA – FL. 197;

- 16) Termo de declarações – ISAP RITA DE CÁSSIA Alves Antunes – fls. 241/243;
- 17) Livros de Ocorrência do dia 25 de dezembro de 2016 – fls. 280/287;
- 18) Transcrição dos livros – fls. 319/324;
- 19) Ofício do Grupamento de Serviço de Segurança Externa – informações sobre a entrada de veículos no Complexo de Gericinó – fls. 343/355.
- 20) Termo de declarações – ISAP Anderson Luiz AZEVEDO – fls. 356/357;
- 21) Termo de declarações – ISAP Amanda DUTRA e Silva – fls. 361/363; e
- 22) Termo de declarações – ERIR RIBEIRO COSTA FILHO – fls. 380/382.